

24 SET 2019

# FOLHA DE LONDRINA



MARCO  
JACOBSEN

para Agatha  
e todas as  
crianças vítimas  
de violência no Rio  
de Janeiro.

# FOLHA DE LONDRINA

## A morte de Ághata e a segurança pública

24 SET 2019

A morte da menina Ághata Félix, 8 anos, durante ação policial, na sexta-feira (20), no Rio de Janeiro, causa comoção e acirra o debate sobre uma política de segurança pública eficiente no País. A garota foi atingida nas costas por um tiro de fuzil dentro de uma Kombi na Fazendinha, Complexo do Alemão. Segundo a família e a comunidade local, não havia troca de tiros no momento e o disparo partiu da Polícia, que teria atirado contra uma moto que passava pelo local. Já a Polícia Militar argumenta que os policiais revidavam aos ataques de criminosos que ocorriam em diversos pontos da Comunidade do Alemão.

O caso levou a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ) a apresentar à Procuradoria-Geral de Justiça do Rio, nesta segunda (23), um documento propondo a discussão de “medidas concretas que levem a evitar uma política de extermínio de inocentes”. A entidade lembrou que só nos primeiros oito meses deste ano 1.249 pessoas foram mortas pela Polícia naquele estado.

O governo Wilson Witzel (PSC) defende que a política de segurança pública adotada no Rio é baseada em inteligência, investigação e reaparelhamento das polícias e que desde o começo do ano o foco do trabalho é a redução dos índices de criminalidade e a retomada de territórios ocupados por facções criminosas. Nesta segunda (23), o governador Witzel falou à imprensa pela primeira vez após o crime. Ele culpou o crime organizado pela morte da menina e disse que o trabalho da Polícia seguirá na mesma linha.

O episódio também coloca na berlinda o pacote anticrime proposto pelo ministro da Justiça Sergio Moro, em trâmite na Câmara dos Deputados. Em um de seus pontos mais polêmicos, o pacote prevê punição mais branda a policiais que cometerem excessos no exercício de combate ao crime, o chamado “excludente de ilicitude”. Os defensores da proposta - uma bandeira de campanha do presidente Jair Bolsonaro - argumentam que a medida reduziria a insegurança dos policiais durante as ações. Para os críticos, a preocupação é se abrir uma “licença para matar”.

Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a morte de Ághata reforça a necessidade de se analisar com critério o “excludente de ilicitude”. Nas redes sociais, o ministro Sergio Moro lamentou a morte da menina e justificou que as circunstâncias do crime não têm relação com a proposta de legítima defesa constante no projeto.

Que o triste episódio no Complexo do Alemão - assim como todos os outros que ocorrem diariamente pelo País - sirva para melhorar o debate sobre a segurança pública com foco nas políticas de prevenção.

! A FOLHA agradece aos leitores que nos acompanham diariamente!

24 SET 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Em Curitiba,

# Maia reforça cautela na análise de projeto anticrime de Moro

### Presidente da Câmara volta a defender ampla discussão sobre proposta de exclusão de ilicitude após morte de Ágatha no Rio

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a pedir, durante passagem por Curitiba, cautela na discussão sobre a proposta de "exclusão de ilicitude", prevista no pacote anticrime do governo Jair Bolsonaro (PSL-RJ). O assunto repercutiu após Ágatha Vitória Sales Félix, de oito anos, ser baleada nas costas e morta dentro de uma Kombi no Complexo do Alemão, zona Norte do Rio, na sexta-feira (20).

"Nós temos um grupo de trabalho que está tratando desse tema há alguns meses. Tem que tratar com cautela, porque é um tema que pode ampliar demais a possibilidade da ação policial. Nós sabemos que a segurança pública precisa de um trabalho muito grande de prevenção, de investimento em tecnologia, de investimento nas nossas fronteiras", opina Maia.

O projeto permite que atos de policiais "para prevenir suposta agressão ou risco de agressão a reféns" sejam interpretados como legítima defesa.

Conforme a legislação atual, o agente deve aguardar ameaça concreta ou o início do crime para agir. No domingo (22), ao lamentar o assassinato da menina, o deputado já havia defendido, no Twitter, "avaliação muito cuidadosa e criteriosa" da matéria.

Também por meio do microblog, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro, escreveu que a morte da criança é "lamentável e trágica" e que os fatos precisam ser apurados. No entanto, afirmou não haver "nenhuma relação possível do fato com a proposta de legítima defesa constante no projeto anticrime".

O presidente da Câmara comentou que, quando resolveu se manifestar, prestando solidariedade, preferiu tratar de um tema que tem relação direta com a Casa. "Acho que esse projeto tem coisas muito positivas (...) Vamos discutir alguns dias a mais e trazer mais especialistas para que, com cautela, [possamos] avançar na modificação do texto".

#### RELAÇÃO COM MORO

Segundo Maia, o posicionamento de Moro em relação ao assunto mudou. "A posição dele era muito mais na defensiva, como se fosse uma decisão do presidente. Ele mudou de posição, e eu não tô dizendo aqui que a gente não deve tratar do tema, mas esse é um tema polêmico. Da forma como está escrito você pode estar de fato protegendo o policial em combate (...) Nós podemos perder a vida de uma criança. Eu acho que esse é o debate".

Ainda na avaliação do parlamentar, o fim do Ministério da Segurança [foi incorporado ao da Justiça] tirou a importância do tema do governo federal. "Respeito a mudança de posição do ministro, que era muito cauteloso e hoje foi convencido de que [o projeto] é bom. Acho que quem tem que decidir primeiro são os deputados que entendem da área e que estão num grupo de trabalho discutindo. Depois o plenário vai discutir e pode passar. Faz parte da democracia ganhar ou perder uma votação".

24 SET 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Balística pode não indicar arma do crime, diz delegado

Marcio Dolzan  
Agência Estado

Rio - O delegado titular da DHC (Delegacia de Homicídios da Capital), Daniel Rosa, disse nesta segunda-feira (23) que não há garantia de que o fragmento de bala encontrado no corpo da menina Ágatha Félix, 8, aponte para a arma de onde partiu o tiro que vitimou a criança na noite da última sexta-feira (20). Nesta segunda-feira, oito armas de oito policiais militares que faziam patrulhamento no momento do disparo foram recolhidas para perícia.

O delegado afirmou não ser possível dizer no momento o calibre da bala que atingiu Ágatha. "Esse dado não temos ainda. Todo fragmento ou projétil, quando retirado do local do crime ou do cadáver de uma pessoa, ele passa por uma perícia para saber se aquele projétil seria de pistola, de fuzil, se seria um anteparo ou algum outro objeto que teria entrado no corpo da vítima", declarou Rosa. "Com o que a gente tem (fragmento), não sabemos se vamos conseguir efetivamente definir qual calibre de arma partiu."

Nesta segunda, oito PMs que atuaram na noite de sexta foram ouvidos pelos investigadores - eles chegaram em momentos distintos à delegacia e procuraram despistar a imprensa. Todos eles tiveram suas armas recolhidas, entre fuzis e pistolas. "Nem todas as armas atiraram", afirmou o delegado.

Segundo Rosa, todos os policiais foram ouvidos na condição de testemunhas. O teor das declarações não foi revelado. "Neste momento a gente optou por manter em sigilo esses depoimentos, a fim de ser garantida uma melhor eficácia da investigação", disse.

### PRÓTESTO

Parentes de Ágatha Félix se juntaram a integrantes de movimentos sociais na noite desta segunda-feira em uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no centro, em reação à morte da garota.

Os manifestantes cobravam justiça e gritavam palavras de ordem contra a política de segurança do governador Wilson Witzel (PSC). No protesto, Daniele Félix, 24, tia da vítima, classificou de lamentável o posicionamento do governador, que se negou a rever sua estratégia de confrontos. "A gente não queria se pronunciar. Mas estamos nos manifestando para evitar que isso caia no esquecimento. Não pode ficar como mais uma vítima de bala perdida", afirmou Daniele.

O tio Danilo Félix, 30, também afirmou que a família espera justiça. "Não foi tiroteio como o governo está falando. Foi só o disparo do policial. Espero que haja punição", afirmou o motoboy. (Com Folha-press)

24 SET 2019

## FOLHA DE LONDRINA Quadro Negro tem acordo firmado de R\$ 1,6 milhão

Dois acordos de leniência firmados pelo MP (Ministério Público) do Paraná no âmbito da Operação Quadro Negro devem garantir a devolução de R\$ 1.625.846,31 aos cofres públicos. Os termos, homologados na última semana, foram assinados com as empresas Atro Construção Civil e TS Construção Civil, investigadas na operação que apura desvios de recursos para construção e reformas de escolas no Estado.

Por meio dos acordos, a empresa Atro pagará R\$ 214.696,30 como ressarcimento dos danos causados ao erário e R\$ 177.042,39 de multa pelo ato de improbidade. Já o acordo firmado com a empresa TS fixou o pagamento de R\$

848.446,36 a título de ressarcimento aos cofres públicos e R\$ 285.661,26 de multa civil. Além disso, foi assinado acordo de colaboração premiada com um dos sócios da empresa TS que determinou o pagamento de multa penal no valor R\$ 100 mil.

No último dia 10 de setembro, a Justiça do Paraná condenou 12 pessoas na primeira sentença da Quadro Negro, que investiga desvios de cerca de R\$ 20 milhões em obras de construção e reformas de escolas estaduais. A sentença é referente a irregularidades em cinco contratos do Governo do Paraná com a Construtora Valor. O ex-governador Beto Richa (PDB) chegou a ser preso nessa operação. (G.M.)

24 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Supremo pauta ação que pode anular condenações da Lava Jato

William Castanho

Folhapress

**Brasília** - O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, pautou para esta quarta-feira (25) discussão sobre ação que pode afetar condenações da Lava Jato. O debate gira em torno das alegações finais. A Segunda Turma do Supremo anulou, em 27 de agosto, por 3 votos a 1, a condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil. No dia seguinte, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, remeteu caso semelhante para análise do plenário, para a apreciação do tema por toda a corte. O julgamento foi pautado nesta segunda-feira (23) por Toffoli e o tema não estava na pauta inicial.

Ao anular a condenação de Bendine dada pelo ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça, a Segunda Turma do STF entendeu que o ex-presidente da Petrobras deveria ter tido mais tempo para se defender de acusações feitas por delatores julgados no mesmo processo. Moro havia sentenciado Bendine, em março de 2018, a 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Posteriormente, o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) manteve a condenação reduzindo a pena para 7 anos e 9 meses. O caso gerou protestos da força-tarefa da operação, que teme que a medida leve a outras anulações.

## BENEFICIÁRIOS

Uma decisão pela anulação pode beneficiar condenados como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. O caso a ser discutido nesta quarta-feira trata de um pedido de habeas corpus feito pelo ex-gerente de Empreendimentos da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Fachin justificou a remessa ao plenário em razão da segurança jurídica e da estabilidade das decisões do Supremo, uniformizando o entendimento das duas turmas existentes.

# O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE  
CANTANHÊDE

24 SET 2019

## Barbárie

Quem mata uma menina pode matar as testemunhas e impor a versão de 'legítima defesa'

**H**á dor, indignação e desespero com a morte da pequena Ágatha, mas não se pode dizer que haja surpresa. Não só a insegurança do Rio de Janeiro continua desesperadora como há uma onda estimulada pelo discurso do presidente da República e do governador do Estado, no sentido de que tem de endurecer, custe o que custar. Mesmo que custe vidas de inocentes, inclusive de crianças (desde que pobres e negras, bem entendido). Para Wilson Witzel, "é apontar na cabecinha e pou". Visava a bandidos, mas o diminutivo acaba sendo macabro.

Assassinada com um tiro pelas costas, Ágatha é a quinta criança morta neste ano no Rio em circunstâncias envolvendo policiais. Morre a criança, liquida-se a família, acaba-se de vez com o amor-próprio de uma comunidade inteira e multiplica-se a indignação no País todo e para além das fronteiras, mas... nenhum desses crimes foi de fato investigado, ninguém foi punido.

É nessa realidade que o Brasil quer aprovar o "excludente de ilicitude", apelidado de "licença para matar", porque livra a cara de policiais que saiam matando os outros? O ministro Sérgio Moro diz que, pelo projeto que enviou ao Congresso, isso só vale para "legítima defesa", e em serviço, e não tem nada a ver com o caso de Ágatha. Mas os limites são tênues...

Radicalmente contra a medida, Nelson Jobim, o ex-presidente do Supremo e ex-ministro da Justiça e da Defesa, diz que só a discussão, em si, já "estimula a polícia a fazer, mais e mais abertamente, o que já faz". Ele explica que seria "legitimar a agressão por parte do poder público e sem o controle da operação, que seria do próprio policial". Ou seja, corresponderia a outorgar ao policial "um poder discricionário", porque é ele quem controla a operação, a versão e o desfecho.

Outro ex-ministro do Supremo vai além: se o policial sabe que não corre risco, que ficará impune e acaba atirando sem pensar até em crianças na escola, brincando e passeando com pais e avós, esse policial pode pisar ainda mais fundo nesse acelerador macabro. Se mata tão facilmente uma menina com um tiro nas costas, que dificuldade teria para matar também as testemunhas? Basta alegar que elas o ameaçavam e foi tudo em legítima defesa. Sem testemunhas, qualquer história ganha asas. Ainda mais se o poder público autoriza, permite, até estimula. Barbárie.

**Mistério.** Ninguém entendeu quando Bolsonaro anunciou que iria jantar hoje com Trump em Nova York. Não estava na agenda, a cúpula do Itamaraty não sabia, o próprio Trump depois não confirmou. Aparentemente, não era bem um jantar dos dois na Casa Branca, mas um coquetel oferecido a mais de 190 chefes de delegação que estão nos EUA para a abertura da Assembleia-Geral da ONU. E não é na Casa Branca, costuma ser na residência do embaixador americano na cidade.

**Aliás.** O tratamento de Brasília aos embaixadores "banidos" passa dos limites. Bolsonaro está em Nova York, mas tanto o embaixador na ONU, Mauro Vieira, quanto o embaixador alerno, Fred Duque Estrada, estão no Brasil. O Itamaraty determinou que tirassem "férias". Eles resistiram e exigiram que fossem chamados para "serviços provisórios na chancelaria". E não aceitaram ficar fora da lista da delegação brasileira. Nem em NY estão, mas fazem parte da lista. Incrível.

**Sórdido.** Tal como o chanceler Ernesto Araújo ataca ambientalistas e defensores de direitos humanos como "esquerdistas" contra o Ocidente, um tal de Roberto Alvim, diretor da Funarte, acusou a classe teatral de "denegrir nossa herança judaico-cristã" e fez ainda pior, com um ataque direto a Fernanda Montenegro, que chamou de "sórdida" e "mentirosa". Tempos difíceis.

24 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

# Dois dias após morte de Agatha, Witzel defende política de enfrentamento

Fábio Grellert | RIO

Dois dias após a morte de Agatha Félix, de 8 anos, baleada durante uma operação policial no Complexo do Alemão, o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), criticou o suposto uso pela oposição da morte da garota como palanque político, o que classificou como “indecente”. E transformou uma entrevista sobre o caso em defesa enfática da própria política de segurança. Caracterizada por confrontos armados com criminosos, principalmente em comunidades pobres, a ação estimulada pelo governador tem levado a críticas por, frequentemente, envolver mortes de civis.

Witzel afirmou que a morte de Agatha “foi um caso isolado” e defendeu o enfrentamento. “A política de segurança pública que eu determinei está mostrando resultados favoráveis, está reduzindo os índices de criminalidade, trazendo de volta a paz à população, e nós estamos retomando territórios até então dominados pelo crime organizado”, disse. “Eles (os secretários de Polícia Civil e Militar) estão apresentando resultados nunca antes alcançados. Estou satisfeito, e não há motivo para um fato isolado como esse servir para modificar

## • Responsabilidade

“Aqueles que usam maconha, a cocaína, de forma recreativa, façam uma reflexão, porque você é diretamente responsável pela morte da menina Agatha.”

Wilson Witzel

GOVERNADOR DO RIO

todo o trabalho realizado”, afirmou. “Nós não temos a menor intenção de parar o que está sendo feito.”

Acompanhado dos secretários da Polícia Militar, Rogério Figueredo, e da Civil, Marcus Vinicius Braga, o governador destacou que a polícia não procura o enfrentamento. “Quem cria (confrontos com a polícia) são as organizações criminosas, que querem parar a segurança pública do Rio de Janeiro. Nós não podemos embarcar nessa canoa furada”, disse. Para Witzel, “sem confronto” os índices de criminalidade não estariam caindo como demonstram as estatísticas do Instituto de Segurança Pública.

De janeiro a agosto, o total de homicídios dolosos no Estado recuou 21%, mas a letalidade policial subiu 16%, ante o mesmo período de 2018.

O governador também acusou os usuários de drogas como

“culpados diretos” pela morte de Agatha. “Aqueles que usam maconha, a cocaína, de forma recreativa, façam uma reflexão, porque você é diretamente responsável pela morte da menina Agatha”, afirmou.

“Você tirou a vida dessa menina, você que dá dinheiro para alimentar esses genocidas que usam de escudo humano as comunidades. Quem fuma maconha, cheira cocaína e usa entorpecentes ajudou a apertar esse gatilho.”

Instado a dar uma mensagem à família de Agatha, Witzel disse que “não sou um desalmado, sou uma pessoa de sentimentos”. “Mas não é porque nós temos um fato terrível como esse que nós vamos parar o Estado. A gente tem de continuar, ter forças para continuar. Não é porque tem um acidente de carro que nós vamos tirar todos os carros da rua”, comparou. E negou que seja mais brando com policiais que erram do que com criminosos. “Eu não tenho bandido de estimação.”

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 24 SET 2019

**Brasília.** O presidente em exercício, Hamilton Mourão, também saiu em defesa dos policiais, frisando que o Rio vive em guerra e ainda colocou em dúvida a versão da família de Ágatha. “É aquela história, é a palavra de um contra o outro. E vocês sabem muito bem que nessas regiões aí de favela se o cara disser que foi traficante que atirou (*contra a criança*), no dia seguinte ele está morto”, disse.

Para o presidente interino, a morte de Ágatha é culpa do narcotráfico. “Eu comandeie a tropa que operou no (*Complexo do Alemão*) e na Maré, e o narcotráfico coloca a população na rua e atira contra a tropa. Então, ele (*narcotráfico*) coloca em risco a própria gente que habita aquela região.”

**Investigação.** O titular da Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), Daniel Rosa, disse ontem que não há garantia de que o fragmento de bala encontrado no corpo da menina Ágatha aponte para a arma de onde partiu o tiro que a vitimou. Nesta segunda-feira, oito armas de oito policiais militares que faziam patrulhamento no momento do disparo foram recolhidas para perícia. “Com o que a gente tem (*fragmento*), não sabemos se vamos conseguir efetivamente definir qual calibre de arma partiu.”

Nesta segunda, oito PMs que atuaram na noite de sexta foram ouvidos pelos investigadores – eles chegaram em momentos distintos à delegacia e procuraram despistar a imprensa. Todos eles tiveram suas armas recolhidas, entre fuzis e pistolas.

“Nem todas as armas atiraram”, afirmou o delegado. Segundo Rosa, todos os policiais foram ouvidos na condição de testemunhas. O teor das declarações não foi revelado. “Neste momento a gente optou por manter em sigilo esses depoimentos, a fim de ser garantida uma melhor eficácia da investigação”, disse Daniel Rosa. / COLABORARAM JULIA LINDNER e MARCIO DOLZAN

## PRONTO, FALEI!



**Antônio Carlos Costa**

Pastor e fundador da ONG Rio de Paz

“O projeto político de Wilson Witzel (*governador do Rio*) é oposto à fé cristã. Eu não posso associar o evangelho ao discurso de ‘atirar na cabecinha’.”

# Toffoli pauta ação que pode anular casos na Lava Jato

Plenário do Supremo julga habeas corpus de ex-gerente da Petrobrás que pediu prazo diferente de delatores para apresentar sua defesa

Rafael Moraes Moura | BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, marcou para amanhã a análise de habeas corpus apresentado pela defesa de um ex-gerente da Petrobrás que discute o direito de um réu se manifestar na ação penal após as alegações dos delatores acusados no processo. O resultado desse julgamento pelo plenário da Corte pode levar à anulação de mais condenações da Lava Jato e, eventualmente, beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na operação.

A discussão da controvérsia, ou seja, se um réu delatado pode se manifestar nos autos depois dos delatores para rebater as acusações, deve fazer com que os 11 integrantes da Corte avaliem o entendimento que anulou, no mês passado, a condenação do ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobrás Aldemir Bendine.

O habeas corpus a ser examinado pelo plenário é do ex-gerente da Petrobrás Marcio de Almeida Ferreira. No papel, o processo de Ferreira guarda semelhanças com o de Bendine. A defesa do ex-gerente alegou que ele sofreu grave constrangimento ilegal por não poder apresentar as alegações finais depois da manifestação dos réus colaboradores.

No mês passado, por 3 votos a 1, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal derrubou uma decisão do ex-juiz federal Sérgio Moro que havia condenado Bendine a 11 anos de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Foi a primeira vez que o Supremo anulou uma condenação de Moro, impondo uma das maiores derrotas da Lava Jato no Tribunal até hoje.

Aquele julgamento também marcou a primeira vez que a ministra Cármen Lúcia discordou do relator da Operação Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, em julgamentos cruciais da Lava Jato julgados na Segunda Turma da Corte, conforme mapeamento do Estado.

**Isolado.** Fachin foi contra derrubar a condenação imposta por Moro a Bendine, mas acabou isolado na Turma. Por outro lado, Cármen se alinhou aos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, dois dos maiores críticos da Lava Jato no Supremo, mas a própria ministra ressaltou que o seu voto naquela ocasião considerou as peculiaridades do caso específico de Bendine.

No seu voto, Lewandowski afirmou que o direito de a defesa falar por último “decorre do direito normativo”. “Réus delatores não podem se manifestar por último em razão da carga acusatória que permeia suas acusações. Ferem garantias de defesa instrumentos que impeçam acusado de dar a palavra por último.” Ausente, o decano do STF, ministro Celso de Mello, não participou da análise do caso na Turma, mas pode ser decisivo agora com o julgamento da questão no plenário.

Naquela ocasião, a maioria dos ministros acolheu a argumentação da defesa de Bendine, que criticou o fato de o executivo ter sido obrigado por Moro a entregar seus memoriais (uma peça de defesa) ao mesmo

tempo que delatores da Odebrecht apresentaram acusações contra ele. Bendine havia solicitado prazo diferenciado, mas o pedido foi negado.

**Expectativa.** Segundo o Estado apurou, a expectativa é a de que o plenário do Supremo se divida sobre o tema, expondo novamente as divisões internas em matéria criminal. Integran-tes da Corte avaliam que o Supremo pode delimitar o entendimento da Segunda Turma, em um esforço para “reduzir danos” e preservar parte das sentenças já proferidas.

Nos bastidores, uma das alternativas discutidas é a de anular as condenações somente daqueles réus que haviam solicitado durante o andamento da ação o prazo diferenciado para a apresentação das alegações finais, mas tiveram o pedido rejeitado pela Justiça. Essa saída teria o potencial de diminuir o número de casos em que investigados poderão se livrar das condenações, avaliam fontes ouvidas reservadamente pela reportagem.

Com base na decisão da Segunda Turma que beneficiou Bendine, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu à Corte que anule suas condenações e também uma ação que ainda tramita na Operação Lava Jato. A defesa também pede que o petista seja posto em liberdade.

O pedido do advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o ex-presidente, abarca a sentença do petista a 12 anos e 11 meses de prisão imposta pela juíza Gabriela Hardt, no âmbito da Operação Lava Jato, no processo do sítio de Atibaia (SP), e a condenação determinada pelo ex-juiz Sérgio Moro a 9 anos e 6 meses no caso triplex – a pena foi reduzida posteriormente pelo Superior Tribunal de Justiça a 8 anos e 10 meses.

24 SET 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Desembargador 'linha dura' vai relatar operação no STJ

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou ontem a convocação do desembargador Leopoldo Raposo, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para substituir temporariamente o relator da operação Lava Jato na Corte, ministro Felix Fischer, que se recupera de uma embolia pulmonar. Não há previsão para o retorno de Fischer ao trabalho.

Raposo assumirá os processos de Fischer da Quinta Turma do STJ, onde tramitam a maio-

ria dos casos da Lava Jato, entre eles um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a sua condenação no caso do triplex do Guarujá, além dos que estavam na Terceira Seção do STJ - Fischer atua nos dois colegiados.

No STJ, a avaliação é a de que a substituição temporária não deve alterar a rota da Lava Jato no tribunal. Ministros ouvidos reservadamente pelo *Estadão/Broadcast* avaliam que Raposo segue o perfil de Fischer, ou seja, tem uma posição 'linha dura' com réus.

**Lula.** Em abril deste ano, por unanimidade, a Quinta Turma do STJ - conhecida como a "câmara de gás" do tribunal, por ser dura com os réus - confirmou a condenação de Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, mas reduziu a pena do petista de 12 anos e 1 mês de prisão para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão.

Em parecer encaminhado ao STJ, o Ministério Público Federal afirmou que Lula já pode progredir para o regime semiaberto. O entendimento da subprocuradora-geral da República Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre, é de que o tempo que o petista já cumpriu preso deve ser descontado da pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias imposta pelo STJ em abril.

## Congresso analisa hoje vetos à Lei de Abuso de Autoridade

● O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), convocou para hoje uma sessão do Congresso com o objetivo de analisar os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que pune o abuso de autoridade. A estratégia foi planejada para que os senadores também votem um projeto referente à abertura de crédito suplementar de R\$ 3,042 bilhões no Orçamento. A proposta é vista como fundamental para facilitar o pagamento de emendas parlamentares. Ao convocar às pressas a sessão conjunta da Câmara e do Senado, Alcolumbre adiou de hoje para amanhã a votação do primeiro turno da reforma da Previdência. Nos bastidores, deputados e senadores se articulam para derrubar parte dos vetos do presidente ao projeto do abuso de autoridade.

## COLUNA DO ESTADÃO

● **fim des...** Ricardo Lewandowski deu seguimento a uma ação do MBL, de Rubens Nunes, para extinguir completamente o auxílio-moradia na magistratura.

● **...penduricalhos.** O ministro do STF enviou o caso para a Justiça do DF, a quem compete analisar processos envolvendo o CNJ. O conselho, no ano passado, restringiu para alguns poucos casos o auxílio.

● **Meio chelo.** Antes de a Justiça retirar da pauta o processo de Deltan Dallagnol no Conselho Nacional do Ministério Público hoje, o relator do caso do caso, Bandeira de Mello, já havia determinado o mesmo.

● **Méio vozio.** A nova composição do CNMP, com a saída de alguns conselheiros, será menos lavajatista.

24 SET 2019

## O ESTADO DE S. PAULO Senadores articulam PEC para instituir mandato no Supremo

Batizado de 'Muda Senado', grupo já tentou emplacar investigação sobre atuação de ministros do STF

*Daniel Weterman* / BRASÍLIA

Depois da tentativa de criar uma CPI para investigar integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), um grupo de 21 senadores prepara nova investida contra a Corte. Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece prazo para mandato dos ministros do Supremo – de oito a dez anos –, sem a possibilidade de recondução, além de mudar os critérios de escolha de seus integrantes.

Atualmente, os ministros podem exercer o cargo até 75 anos, quando têm aposentadoria compulsória. A proposta a ser apresentada também mexe no processo de escolha dos 11 ministros da Corte. Pelas regras atuais, a indicação cabe ao presidente da República, que deve escolher um nome com “reputação ilibada e notável saber jurídico”. O indicado também precisa passar pela aprovação do Senado. O critério, na interpretação de senadores, é genérico.

Até o fim do seu mandato, em 2022, o presidente Jair Bolsonaro terá direito de nomear dois ministros em seu mandato. O primeiro será na vaga do decano do Supremo, Celso de Mello, que se aposenta em novembro do ano que vem.

“Queremos uma pauta propositiva, que moralize e faça um regramento do Supremo. No nosso entender, está totalmente um ponto fora da curva no País”, disse o senador Eduardo Girão (Podemos-RS). Para ele, o STF não está “ouvindo” a população. “O único lugar onde não pode faltar justiça é no Supremo. O Supremo não é inves-

tigado e se coloca acima dos outros Poderes”, criticou.

A ideia da PEC partiu do grupo batizado como “Muda Senado”, que se contrapõe ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Entre os integrantes desse grupo, estão oito filiados ao Podemos. Há também senadores do PSD e PP. Dois senadores do PSL, partido de Bolsonaro, compõem o time: Major Olímpio (SP) e Soraya Thronicke (MS).

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente, é um dos que discordam do grupo e, recentemente, se movimentou para fazer com que colegas retirassem as assinaturas do pedido de abertura da CPI da Lava Toga.

Pelo menos outras três propostas para instituir mandatos no STF já tramitam na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Os textos dependem de um parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e não há previsão para que o tema seja pautado no colegiado. Em março, o senador Plínio Valério (PSDB-AM), que faz parte do “Muda Senado”, também apresentou projeto propondo que os próximos ministros escolhidos para compor o STF tenham mandatos de oito anos, sem direito à recondução.

A justificativa para apresentar uma nova PEC, agora, é justamente incluir na discussão os critérios para escolha e emplacar proposta com a marca do grupo.

24 SET 2019

## METRO

### **TJ. Casal que teve malas perdidas será indenizado**

A 8ª Câmara Cível do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) manteve uma decisão que condenou a empresa aérea Air France a pagar R\$ 40 mil a título de indenização para um casal que teve as bagagens extraviadas na ida e na volta de uma viagem. A indenização é no valor de R\$ 20 mil para cada um dos autores da ação.

O casal teve cinco malas extraviadas durante a viagem de lua de mel, três delas na ida para a Europa. Os dois tiveram que comprar duas malas, roupas, calçados e itens de higiene. Na volta, as duas novas malas também foram perdidas. Elas foram devolvidas cinco dias depois.

Condenada em 1º grau, a Air France recorreu, mas a condenação foi mantida pela 8ª Câmara Cível.

● METRO CURITIBA

24 SET 2019

## #HOMICÍDIOS BEMPARANÁ

# A cada 19 horas, uma criança é morta no Paraná

Entre 1996 e 2017, Ministério da Saúde registrou o óbito de 10.213 jovens

Rodolfo Luis Kowalski

O Brasil está de luto. Na última sexta-feira, a menina Ágatha Félix, de apenas oito anos, foi morta com um abala perdida tomada nas costas quando estava dentro de uma kombi com a mãe, retornando para sua casa no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Os autores do disparo ainda não foram identificados, mas policiais militares que perseguiram um motociclista estão entre os suspeitos.

Tristemente, porém, episódios assim não são uma exclusividade carioca. E a prova disso é que os homicídios de criança atingiram um nível recorde no Brasil. Só no Paraná, por exemplo, os dados do Ministério da Saúde revelam que a cada 19 horas, aproximadamente, uma criança ou adolescente são assassinados.

Os dados, compilados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), revelam que entre 1996 e 2017 um total de 10.213 jovens com até 19 anos de idade foram assassinados no Estado, que aparece em 7º lugar no ranking nacional, se considerados os números absolutos, atrás apenas do Ceará (10.272), de Minas Gerais (14.038), da Bahia (15.824), de Pernambuco (16.180), do Rio de Janeiro (24.288) e de São Paulo (32.674).

Apenas em 2017, último ano com dados disponíveis, 366 crianças foram assassinadas no Paraná. O número assusta, mas ainda é o melhor (ou menos pior) dado desde 2001, quando 305 mortes foram registradas no Estado. Na comparação com 2016, inclusive, verifica-se uma redução de 22,9% — naquele ano, foram 475 assassinados de crianças ou adolescentes por aqui.

Por outro lado, quando verificado os dados a nível nacional, extingue-se qualquer motivo para celebração. Em 2017, 11.484 pessoas menores de 19 anos foram assassinadas no Brasil, o que dá uma média de um assassinato a cada 46 minutos, ou ainda 32 mortes por dia. Na comparação com o ano anterior (2016), verifica-se um aumento de 3,1%.

### Armas de fogo

No Paraná, 78,7% das mortes de crianças e adolescentes vítimas de agressão acontecem com o uso de uma arma de fogo. Entre 1996 e 2017, foram 8.041 jovens mortos baleados. Já no Brasil, nesse mesmo período foram 149.334 mortes por disparo de arma de fogo, respondendo por 77% do total (193.645 mortes).

No Paraná, apenas em 2017 foram mortas a tiros 278 crianças e adolescentes. Na comparação com o ano anterior, contudo, registrou-se uma redução de 26,8%. Já no Brasil inteiro, foram 9.519 mortes, com alta de 3,9% e outro recorde para a série histórica do Ministério da Saúde.

### CRIANÇAS ASSASSINADAS...

No Brasil	
2017	11.484
2016	11.141
1996-2017	193.645
No Paraná	
2017	366
2016	475
1996-2017	10.213

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde

24 SET 2019

# BEMPARANÁ

## Pais de Raquel Genofre pedem pena exemplar para suspeito

Quase onze anos depois do chocante assassinato de Raquel Genofre, cujo corpo foi encontrado em uma mala com sinais de abuso sexual em 2008, o caso parece finalmente próximo de um desfecho. Na última semana, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp-PR), confirmou que o DNA de um homem de 54 anos que cumpre pena de 22 anos em um presídio de Sorocaba (SP), é o mesmo material genético colhido na época do crime no corpo de Raquel.

Agora, tenta-se a transferência do suspeito, para que preste depoimento em Curitiba e faça a reconstituição do crime. Segundo os advogados de Michael Genofre e Maria Cristina Lobo, pais de Rachel, já estão em andamentos conversas com a Vara de Execução Penal responsável pela aplicação da pena do aprisionado, para que se garanta a sua transferência o mais breve possível.

“A família de Raquel Genofre espera que ele (o suspeito) vá ao banco dos réus e que a justiça seja feita com a aplicação de pena exemplar a altura da gravidade do crime que ficou mais de uma década sem respostas”, informou, por meio de nota, a assessoria de imprensa do escritório Daniel da Costa Gaspar – Advogados Associados.

24 SET 2019

# BEMPARANÁ

## Maia questiona pacote de Sergio Moro

Em passagem por Curitiba, o presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ) evitou ontem polemizar com o ministro da Justiça, Sergio Moro, mas voltou a defender “cautela” na discussão sobre a proposta de “exclusão de ilicitude” para policiais prevista no pacote anticrime encaminhado pelo governo Bolsonaro à Casa, após a morte da menina de 8 anos, Ághata Vitória Sales Félix, no Rio de Janeiro, no último final de semana. Maia afirmou que o tema é polêmico, e que a decisão de manter ou não esse item do projeto caberá inicialmente à comissão de trabalho da Câmara responsável pelo assunto, e depois, ao plenário do Legislativo.

Na sexta-feira, Ágatha foi atingida por um disparo de fuzil nas costas quando estava dentro de uma Kombi no Complexo do Alemão, com a família. A PM diz que policiais trocaram tiros com bandidos. Já moradores contestam a versão. Segundo eles, os PMs atiraram em homens em uma moto e acabaram acertando a criança.

Na tarde de domingo, Maia defendeu, no Twitter, “avaliação muito cui-



Maia: “Moro mudou de posição”

dadosa e criteriosa” sobre o “excludente de ilicitude”, que permite ao policial que age para prevenir suposta agressão ou risco de agressão a reféns a interpretação do ato como legítima defesa. Pela lei atual, o policial deve aguardar ameaça concreta ou o início do crime para atuar. À noite, Moro rebateu. “Não há nenhuma relação possível do fato com a proposta de legítima defesa constante no projeto anticrime.”

**Crianças** - Questionado sobre as declarações de Moro, Maia evitou bater de frente com o ministro, mas deu a entender que ele mudou de posição depois que foi nomeado por Bolsonaro. “O ministro tinha no início do ano posições divergentes com as posições

que ele defendeu ontem e hoje em relação ao ‘excludente’. A posição dele era muito mais na defensiva, como se fosse uma posição do presidente e não dele, do que tem hoje. Ele mudou de posição”, apontou o deputado. “Da forma como esteja escrito você pode estar de fato protegendo o policial em combate, ou você pode estar liberando demais para que alguma vítima possa perder a vida. O trabalho na polícia nunca é porque nós estamos avançando contra o crime organizado nós podemos perder vida de uma criança”, defendeu ele.

O parlamentar admitiu que a Câmara pode rever a proposta de Moro de ampliar o “excludente de ilicitude”. “Acho que esse projeto tem coisas muito positivas. Vai ser aprovado 60%, 70%. Mais duas três semanas acho que a gente termina o trabalho da comissão e pode ir à voto. Agora tem temas que geram muita polêmica. Esse é um deles”, destacou. “Essa é uma decisão do plenário. Quem decide é a maioria”, disse o parlamentar

# BEMPARANÁ 24 SET 2019

## Empresa paga R\$ 20 milhões por corrupção no pedágio

Purunã confessou ter gerado 'caixa 2' para Rodonorte; dinheiro irá para obras

Da Redação

A força-tarefa da Lava Jato do Ministério Público Federal do Paraná fechou acordo de leniência com a empresa Purunã, no âmbito da operação Integração, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina por concessionárias do pedágio para políticos e agentes públicos em troca de aumento de tarifas e cancelamento de obras. Pelo acordo, a empresa confessou ter gerado caixa para que a Rodonorte fizesse pagamentos ilícitos em troca da "obtenção de modificações contratuais". E se comprometeu a pagar R\$ 20,5 milhões ao Estado como compensação pelos crimes praticados. Fechado na semana passada, o acordo ainda precisa ser homologado pela Justiça.

Deste valor, R\$ 20 milhões serão destinados



Franklin de Freitas

Pedágio: empresa prometeu colaborar com Justiça

à execução de parte das obras que sejam consideradas prioritárias atualmente pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) nas rodovias paranaenses concedidas à Rodonorte. O restante será destinado aos cofres do estado do Paraná. O acordo é o primeiro firmado entre a Lava Jato e uma empresa que participou lateralmente do esquema de corrupção nas concessões de rodovias no Estado. Segundo o procurador Felipe Camar-

go, a empresa também está prestando informações "sobre como foi gerado dinheiro em espécie para pagamentos de propinas a altas autoridades do estado".

De acordo com o coordenador da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, os acordos fechados pela operação vêm permitindo "explicitar pedágios caríssimos, estradas sem duplicação e a falta ou demora das obras".

O procurador Alexandre Jabur afirma que "esta é a primeira de uma sé-

rie de empresas que agiram de forma semelhante, algumas das quais vêm buscando o Ministério Público Federal para contribuir para as investigações".

**Antecedentes** - Em agosto, a Lava Jato já havia fechado acordo de leniência com a Ecorodovias, controladora da Ecovia e da Ecocataratas, para reduzir em 30% as tarifas de seis praças de pedágio e a recuperação R\$ 400 milhões. A empresa reconheceu o pagamento de propinas para conseguir mudanças contratuais em benefício das concessionárias desde 2000. Os R\$ 400 milhões devem ser pagos até o fim das concessões, em 2021.

Antes, em abril, a Rodonorte também fechou acordo com o MPF, se comprometendo em pagar R\$ 750 milhões em decorrência de ilícitos praticados, dos quais R\$ 350 milhões serão utilizados na redução da tarifa.

### Quadro Negro

Dois acordos de leniência firmados pelo Ministério Público estadual no âmbito da Operação Quadro Negro garantirão a devolução de R\$ 1.625.846,31 aos cofres públicos. Os termos, homologados nesta semana, foram assinados com as empresas Atro Construção Civil e TS Construção Civil, investigadas na operação que apura desvios de recursos para construção e reformas de escolas no Estado.

### Colaboração

Por meio dos acordos, a empresa Atro pagará R\$ 214.696,30 como ressarcimento dos danos causados ao Estado e R\$ 177.042,39 de multa pelo ato de improbidade. Já o acordo firmado com a empresa TS fixou o pagamento de R\$ 848.446,36 a título de ressarcimento aos cofres públicos e R\$ 285.661,26 de multa civil. Além disso, foi assinado acordo de colaboração premiada com um dos sócios da empresa TS que determinou o pagamento de multa penal no valor R\$ 100 mil.

24 SET 2019

# BEMPARANÁ

## STF julga se anula mais uma condenação da Lava Jato

Decisão sobre ex-gerente da Petrobras pode beneficiar ex-presidente Lula

O plenário Supremo Tribunal Federal (STF), deve julgar amanhã se anula ou não mais uma condenação na Lava Jato. O caso a ser analisado é o de um ex-gerente da Petrobras que apresentou os mesmos argumentos que levaram à anulação da condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da estatal. O julgamento foi marcado ontem pelo presidente da Corte, Dias Toffoli. Caso confirme a anulação, a decisão do STF pode beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também condenado pela Justiça Federal em processo da Lava Jato originado em delações no caso do triplex de Guarujá.

Bendine teve sua condenação na Lava Jato anulada no fim de agosto pela Segunda Turma do STF. Por 3 votos a 1, os ministros entenderam que ele teve seu direito à ampla defesa violado por, na primeira instância, ter sido obrigado a apresentar suas alegações finais ao mesmo tempo que outros réus delatores. Foi a primeira



Ricardo Stuckert

Lula: processo semelhante

vez que a Corte anulou uma sentença do ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública.

O caso de Lula é semelhante ao de Bendine. O ex-presidente também foi condenado por Moro no processo do triplex com base em delações. E também nesse caso, o então juiz e hoje ministro deu o mesmo prazo para as alegações finais da defesa e dos delatores.

Em dezembro do ano passado, o ex-gerente de Empreendimentos da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira,

condenado na Lava Jato a 10 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, havia entrado com um habeas corpus no Supremo alegando o mesmo tipo de cerceamento de defesa.

No dia seguinte ao julgamento de Bendine, o hc do ex-gerente foi remetido ao plenário do Supremo pelo relator, ministro Edson Fachin, que fora voto vencido na Segunda Turma. A medida foi vista como uma tentativa de reverter no pleno o entendimento da Turma.

**Contraditório** - O novo entendimento – estabelecido pelos votos dos ministros da Segunda Turma Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia – prevê que os réus não colaboradores devem ter o direito de apresentar suas alegações finais depois dos réus delatores, de modo a garantir o princípio constitucional à ampla defesa e ao contraditório, uma vez que réus colaboradores possuem também caráter acusador, concluíram os ministros.

# 24 SET 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

## Um tribunal necessário

### Nova corte federal em Minas não impacta Orçamento

As dificuldades orçamentárias não são uma desculpa para a omissão. Não é justo exigir do cidadão, já constrangido pelo desemprego, que se conforme com o sucateamento dos serviços públicos. Antes de justificar a paralisia, a crise fiscal deve ser vista pelo gestor como um estímulo na busca de soluções que atendam às necessidades sociais com a indispensável economicidade.

A criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), proposta ao Congresso pelo Superior Tribunal de Justiça, é um exemplo de projeto perfeitamente ajustado às limitações financeiras do país.

Considerando os ganhos para o jurisdicionado — especialmente a redução do tempo de tramitação dos processos —, e o fato de que não haverá impacto no Orçamento federal, a relação custo-benefício do proje-

to é inatacável.

É importante esclarecer que não se trata da pura e simples criação de um tribunal. O TRF-6, com jurisdição no estado de Minas Gerais, será desmembrado do TRF-1, hoje o maior e mais congestionado órgão de segunda instância da Justiça Federal, cobrindo 14 unidades da Federação (80% do território nacional) e com uma carga de trabalho (soma dos procedimentos pendentes e resolvidos no ano) de 26.151 por desembargador — 260% superior à média dos outros TRFs.

Os números do projetado TRF-6 falam por si acerca de sua necessidade: nascerá, já, com uma carga de trabalho de 13.768 por desembargador, a segunda maior entre os TRFs, perdendo apenas para o TRF-1 remanescente — o qual, de todo modo, se verá livre do estran-

gulamento atual.

De acordo com o projeto elaborado pelo Conselho da Justiça Federal, não haverá construção ou aluguel de prédios, mas a realocação de imóveis ocupados pelo TRF-1. Não haverá criação de cargos, mas o aproveitamento de servidores e a transformação de cargos vagos por aposentadoria — já autorizada na lei orçamentária. E a composição da nova corte se fará com a conversão de cargos de juiz federal substituto vagos em cargos de desembargador federal.

O projeto prevê ainda a reorganização da primeira instância, com a racionalização dos serviços mediante a aglutinação de varas e de juizados especiais, a criação de secretarias únicas por competência e o compartilhamento de estruturas administrativas com o segundo grau.

No contexto dessa modernização, o TRF-6 nascerá como um tribunal modelo, 100% eletrônico, cujos gabinetes compactos contarão, paulatinamente, com a automação e a inteligência artificial para alcançar a almejada celeridade processual.

São novos caminhos em busca de maior eficiência, pensados com absoluta compreensão do cenário econômico — no que se inclui a convicção de que o cidadão não pode esperar mais 5, 10 ou 15 anos pela melhoria dos serviços públicos.

# FOLHA DE S. PAULO

# Supremo 24 SET 2019

## marca ação que pode anular sentenças da Lava Jato

### Presidente da corte, Dias Toffoli, agenda para quarta julgamento no plenário

William Castanho

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, pautou para quarta-feira (25) o julgamento de uma ação que pode afetar condenações da Lava Jato.

O debate gira em torno das chamadas alegações finais — última fase de um processo antes da sentença.

Em agosto, a Segunda Turma do Supremo anulou, por 3 votos a 1, a condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil. Foi a primeira vez em que o STF anulou uma condenação do ex-juiz Sergio Moro.

No dia seguinte, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, remeteu um caso semelhante para a análise do plenário, para a apreciação do tema pelos 11 integrantes da corte.

O julgamento foi pautado nesta segunda (23) por Toffoli e é uma das discussões decisivas para a Lava Jato e de Moro, hoje ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, a serem julgadas pelo Supremo nas próximas semanas.

Ao anular a condenação de Bendine dada por Moro, então titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, a Segunda Turma do STF entendeu que o ex-presidente da Petrobras deveria ter tido mais tempo para se defender de acusações feitas por delatores julgados no mesmo processo.

O STF terá de decidir se é válida uma decisão em que o delator, que auxilia na acusação, pode expor seus argumentos depois do delatado. Bendine foi delatado.

A anulação de sua sentença não pode ser revertida, e o acórdão será redigido pelo ministro Ricardo Lewandowski.

Na esteira da decisão, ao menos mais quatro réus da Lava Jato pediram o benefício.

Moro havia sentenciado Bendine, em março de 2018, a 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Posteriormente, o TRF-4 (Tri-

bunal Regional Federal da 4ª Região) manteve a condenação, reduzindo a pena para 7 anos e 9 meses.

A Lava Jato em Curitiba afirmou em nota que, se o entendimento do caso Bendine se estender a todas as ações penais que tiveram um prazo comum para as alegações finais de réus delatores e delatados, 32 sentenças poderão ser anuladas, envolvendo 143 dos 162 condenados pela operação.

Possíveis beneficiados seriam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (MDB).

O caso a ser discutido nesta quarta-feira trata de um pedido de habeas corpus feito pelo ex-gerente de Empreendimentos da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira, também condenado por corrupção e lavagem de dinheiro.

Agora, a defesa de Ferreira, em habeas corpus, afirma que a primeira instância da Lava Jato “acertadamente estipulou que os réus colaboradores [delatores] fossem ouvidos antes dos demais [delatados]”, mas, nas alegações finais, “estabeleceu prazo conjunto para todos os réus, colaboradores e não colaboradores”.

No pedido, a defesa argumenta que a apresentação concomitante das alegações finais de réus delatores “viola frontalmente o princípio da ampla defesa e o princípio do contraditório”. E, por isso, pede a anulação da sentença.

### ■ Corte pode debater uso de dados do Coaf nesta terça

A Segunda Turma do STF pode discutir nesta terça (24) uma ação penal que trata do uso de dados sigilosos do Coaf. Em julho, o presidente da corte, Dias Toffoli, suspendeu o andamento de todos os processos no país com dados do órgão sem autorização judicial e previa analisar o tema em plenário em novembro. Porém o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, adiantou o debate ao agendar o julgamento de um caso específico, envolvendo o deputado Aníbal Gomes (MDB-CE).

**CONTINUA**

24 SET 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

No último dia 17, Lewandowski já havia comentado sobre pedidos semelhantes feitos após a decisão sobre Bendine, dizendo que, se o plenário “demorar muito”, poderia “decidir sim ou não”, individualmente, caso a caso.

“Se o Supremo, pelo seu plenário, estiver na iminência de examinar essa questão, não há porque eu me antecipar. Há várias questões, mas vai depender do meu convencimento. Se demorar muito, eu vou decidir sim ou não [sobre os pedidos de anulação]”, afirmou Lewandowski.

A sessão está prevista para começar às 14 horas.

Além da questão da anulação das sentenças, que foi antecipada, Toffoli indicou aos colegas estar disposto a levar ao plenário no próximo mês as ações que questionam a constitucionalidade das prisões após condenação em segunda instância — uma das principais bandeiras da operação.

Já nesta terça (24), a corte deve discutir sobre uso de dados detalhados de órgãos de controle — como Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Receita Federal e Banco Central — sem autorização judicial.

Moro chegou a ir ao Supremo para relatar a Toffoli sua insatisfação com a decisão, dizendo que ela poderia colocar em risco o combate à lavagem de dinheiro.

### Entenda o julgamento

**O que o Supremo decidiu em agosto?** A Segunda Turma decidiu anular, por 3 votos a 1, a condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, por corrupção e lavagem de dinheiro. A maioria entendeu que Bendine deveria, como requereu sua defesa ao ex-juiz, ter apresentado suas alegações finais na ação penal depois dos outros réus que eram delatores. Foi a primeira vez que o STF anulou uma condenação imposta pelo ex-juiz Sergio Moro na Lava Jato

**O que são as alegações finais?** São a última etapa de uma ação penal antes da sentença. É a última oportunidade para as partes apresentarem seus argumentos

**Qual a interpretação do Supremo?** Os ministros entenderam que a figura do delator é diferenciada e não está na mesma condição processual do delatado. Para garantir o amplo direito à defesa, assegurado pela Constituição, os magistrados decidiram que o réu delatado pode apresentar suas alegações depois do réu delator — tendo, assim, a oportunidade de se defender de todas as acusações

**Quando a questão vai ao plenário?** A questão sobre as alegações finais foi remetida ao plenário, mas em outro caso: o do ex-gerente da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira, também condenado por corrupção e lavagem. O julgamento será nesta quarta-feira (25), a partir das 14h

**O que diz a Lava Jato?** Os procuradores de Curitiba afirmaram, após a decisão do STF, que a legislação não prevê essa diferenciação entre réus delatores e não delatores e não estipula que uns tenham que ser ouvidos antes dos outros. Também afirma que a decisão pode resultar na anulação de várias condenações já proferidas no âmbito da operação

**Na hipótese de haver entendimento semelhante para Lula, como ficaria a situação dele? Poderia sair da prisão em razão disso?** Não. Lula está preso desde abril de 2018 por ter sido condenado no processo do triplex de Guarujá (SP), no qual não havia réus com delação premiada homologada no momento da condenação. A decisão não deve ter impacto sobre o caso do triplex, mas pode ajudar em outros, como o do sítio de Atibaia

24 SET 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# A morte de Ágatha

Impossível não associar a tragédia no Rio ao estímulo de autoridades à brutalidade policial

A morte da menina Ágatha Félix, 8, atingida nas costas por um disparo na noite de sexta-feira (20), no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, ainda está por ser esclarecida. Testemunhas relatam que os tiros partiram de um policial militar e rechaçam a versão da corporação segundo a qual seus profissionais reagem a um ataque.

Inegável é que há décadas inócentes sofrem com ações imprudentes e exorbitantes das forças de segurança, em especial em bairros pobres onde atuam quadrilhas do varejo do tráfico de drogas.

Não são apenas as tais “balas perdidas”, originárias de confrontos reais ou alegados, que matam — basta citar o episódio de abril no qual 12 militares, também na capital fluminense, dispararam mais de 200 tiros contra o carro da família do músico Evaldo Rosa dos Santos.

A letalidade policial aumentou em 2018 e continua a crescer. No Rio, houve 1.249 mortes por intervenção de agentes do estado de janeiro a agosto deste ano, ante 1.075 em igual período do ano passado.

Impossível não relacionar esse quadro ao incentivo de autoridades — como o presidente da República e os governadores do Rio e, um grau abaixo, de São Paulo — ao confronto armado como política de segurança pública.

Tal sinalização serve também de estímulo ao uso da força bruta em outros segmentos da sociedade, como se viu no recente caso de

tortura imposta por seguranças de um mercado de São Paulo a um jovem que havia roubado chocolates.

A comoção causada pela morte de Ágatha revela a fadiga de moradores de comunidades e de parte relevante da opinião pública com os abusos cometidos hodiernamente em nome da lei e da ordem.

Como disse o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, “uma política de segurança pública eficiente deve se pautar pelo respeito à dignidade e à vida humana”. São preceitos que parecem alheios ao universo moral do governador Wilson Witzel (PSC).

Em tardia declaração sobre a morte de Ágatha, ele considerou nesta segunda-feira (23) que seria indecente usar um caixão como palanque — logo ele que se ofereceu em saltitante euforia aos holofotes da mídia por ocasião da morte do sequestrador de um ônibus.

A exemplo de outros representantes da direita iliberal e incivilizada, Witzel aposta no proibicionismo radical e na ideia fantasiosa de que seria possível impor uma vitória militar às quadrilhas de traficantes, quando se sabe que o tema é muito mais complexo.

Ao menos um efeito positivo do trágico episódio parece prestes a gerar — a derrubada de dispositivo do pacote anticrime que eleva sobremaneira a condescendência da Justiça diante de excessos policiais. Resta agora que os responsáveis sejam identificados e punidos.

# FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

## Cheiro da morte

RIO DE JANEIRO Alógica de Wilson Witzel é o extermínio. Disparada da violência nas favelas, com mortes de traficantes e policiais e também de inocentes. Na conta dos horrores do último fim de semana, os nomes da menina Ágatha, de oito anos, atingida por um tiro de fuzil, e dos cabos Leandro Silva e Felipe Pinheiro, baleados em serviço.

As operações promovem o espetáculo de centenas de crianças sem poder ir à escola ou confinadas dentro delas, para escapar aos blindados em terra e aos rasantes e tiros dos helicópteros no céu. Ao comentar a situação, WW lembrou os bombardeios sobre Londres durante a Segunda Guerra: "Eles tocavam a sirene, ia todo mundo para debaixo da terra". Será que no filme a que ele assistiu ficava claro que eram os nazistas que jogavam as bombas? Ou não faz diferença?

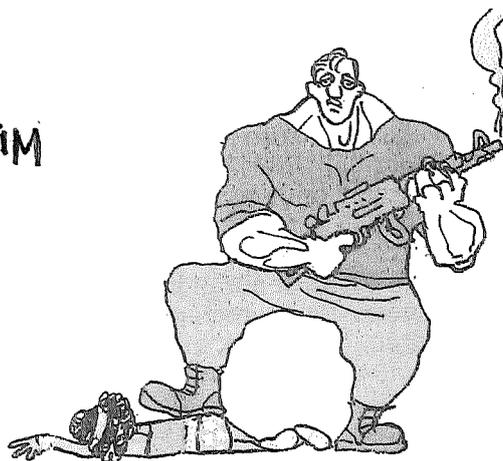
Nas questões que não envolvem matar, sobra-lhe incompetência. Anunciou que iria aterrar a estação Gávea do metrô. Na prática significaria jogar fora R\$ 30 milhões para soterrar o quase R\$ 1 bilhão que já foi gasto naquele trecho desde a licitação da Linha 4, em 1998. Humilhado pelos laudos técnicos, o governador voltou atrás da burrada e prometeu retomar as obras, desde que consiga mais R\$ 1 bilhão do dinheiro recuperado pela Lava Jato. Melhor esperar sentado, sobretudo agora que entrou em guerra política com os Bolsonaro, prejudicando a relação do Rio junto ao governo central.

Vaidoso a ponto de plagiar dissertações de mestrado, de posar com a camisa do Flamengo ao lado de um torcedor processado por homicídio e de comemorar uma morte como se fosse um gol, WW quer a faixa de presidente. Usa a promessa de guerra às drogas como plataforma eleitoral. Não espere resultados, senão o de mais mortes.

Ele não é um doente. Pois sabe muito bem o que está fazendo. Difícil será livrar-se do cheiro nauseabundo que está se impregnando nele.

24 SET 2019

ATÉ O FIM



Laerte

# FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON

## Kombi dos insensatos

BRASÍLIA A menina negra cujo sorriso agora é famoso nacional e internacionalmente estava com a mãe no banco de trás da kombi que a levaria para casa, na noite de sexta (20). Na última parada antes da sua, uma bala a atingiu pelas costas e encerrou seus oito anos de vida. Como última lembrança, deixou na kombi o saco de batatinhas fritas do McDonald's.

Enlouquecida e desgovernada, trilha as ruas do país outra kombi macabra, a dos insensatos. À morte de Ágatha Vitória Sales Félix, seus condutores e tripulantes responderam com covardia, omissão, hipocrisia.

Na direção está o primeiro mandatário. Aquele que defende uma primária e absurda política de banguê-banguê no combate à criminalidade e que aparenta ter, como única resposta às prováveis consequências nefastas de seu discurso e ação, o habitual sorriso idiotizado acompanhado da arminha com as mãos.

O que Jair Bolsonaro (PSL) ou sua tagarela família têm a dizer sobre Ágatha? Poucas horas depois do enterro da menina, um dos zero-qualquer-coisa, Eduardo, postou agradáveis impressões sobre o novo Rambo. "Quem não curte pode ver Teletubbies, que é menos agressivo."

No banco da frente dessa kombi está, é certo, o governador Wilson Witzel (PSC), que só nesta segunda (23) se manifestou. Para ele, é indecente transformar caixão em palanque. Deveria se vestir de Bart Simpson e escrever esse pensamento umas 200 vezes na lousa em penitência por seus soquinhos no ar em comemoração à morte de um criminoso e à sua palanqueira pregação do tiro na cabecinha de bandido.

Está lá também, encolhido na parte de trás da kombi, o inescusável Sergio Moro, segundo quem o caso Ágatha nada tem a ver com a proposta de abrandar a punição a policiais que cometam excessos sob "escusável medo, surpresa ou violenta emoção". A kombi dos insensatos segue desgovernada e a toda velocidade, sem radares a lhe intimidar, alheia a consequências e atropelando tudo pelo caminho —a segurança pública é só uma de suas vítimas.

24 SET 2019

## FICA PRA VOCE

A família de Ágatha Félix, menina de 8 anos morta por uma bala perdida durante ação policial no Complexo do Alemão, no Rio, recusou o auxílio da secretaria estadual de Vitimização — e não quer receber recurso de nenhuma espécie do governo.

**OFERTA** A pasta, que atende familiares de vítimas da violência, diz que ofereceu-se para pagar o velório da jovem.

**PODE GUARDAR** Danilo Félix, tio da garota, afirma que o enterro foi realizado com recursos da família e do jornal Voz das Comunidades: “Não queremos ajuda do governo”.

**VOZ** Organizações brasileiras farão um discurso contra a política de segurança do governador do Rio, Wilson Witzel, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, nesta terça (24). “Os alvos são sempre os mesmos: negros jovens e pobres que vivem nas favelas da cidade”, diz o texto.

**SANGUE** “Pedimos à comunidade internacional que se manifeste contra esse banho de sangue racista”, segue o documento, assinado por Conectas, Redes da Maré e Justiça Global. O manifesto também critica o excludente de ilicitude que integra o pacote anticrime do ministro Sergio Moro, da Justiça.

**DO OUTRO** O ministro Moro diz que a proposta trata de autodefesa e não tem relação com o assassinato de Ágatha. Witzel diz que ela morreu por culpa do tráfico e não de sua política de segurança.

## PAINEL DO LEITOR

### Ágatha, 8

Desconfio que Jair Bolsonaro, com seus gestos ridículos de arminhas, Sergio Moro, com seu pacote que incentiva policiais a atirarem quase a esmo, e Wilson Witzel, com seus murros ao vento comemorando uma morte, devam estar agora, no trágico caso da garota Ágatha Félix, cada um a seu modo, justificando para si próprios a “normalidade” do ocorrido, já que é uma possibilidade clara do estado de coisas que defendem. Mas desconfio também de que seu cinismo os impeça de uma manifestação pública nesse sentido.

Paulo Roberto de Oliveira  
(São Paulo, SP)

Congratulo-me com os leitores Isaías da Silva, Geraldo Magela Sobrinho, Márcia Alves Ferreira, Kelly Passos e José Felipe Ledur, que, em suas mensagens a esta seção, se referiram ao triste caso da menina Ágatha Félix, de 8 anos, assassinada no Rio de Janeiro. As palavras de todos eles exprimem a dor, a vergonha e a revolta dos brasileiros diante do morticínio de pessoas inocentes que ocorre praticamente todos os dias neste triste país.

José Claudio Faraco (Monte Sião, MG)

Todos os que acham que o combate à corrupção pode ser feito à margem da lei, todos os que um dia endossaram a ideia de que “direitos humanos” são “direitos dos manos”, todos os que acham legal transformar “arminha com a mão” em um símbolo de campanha política têm parte da responsabilidade pelo assassinato da menina Ágatha.

Leandro Veiga Dainesi (Lorena, SP)

Ágatha, de 8 anos, é a quinta criança a morrer neste ano no Rio de Janeiro pelo fato de morar em uma favela. Ágatha por acaso confrontou a Polícia Militar do Rio, de dentro da kombi, com a sua boneca? O pior são o apoio e o incentivo do governador do estado, que deve ser processado na forma da lei por incentivar a ideia do “matar ou matar”. Como escreveu Ruy Castro: “Nossos governantes têm fixação por homens armados e fardados” (“Maneiras de morrer”, 23/9). Até quando iremos ver nossas crianças serem assassinadas sem tomarmos uma atitude?

Ary Geraldo Gomes Ribeiro  
(São Paulo, SP)

Independentemente da morte de mais uma criança no Brasil, seja pela polícia, seja por bala perdida, o excludente de ilicitude é uma aberração, uma espécie de licença para matar, seja a vítima culpada, seja ela inocente. É uma total distorção do direito penal e, principalmente, do Estado democrático de Direito, além de uma violação extrema dos direitos humanos no Brasil.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos  
(Curitiba, PR)

# 24 SET 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### STJ convoca juiz substituto, que pode avaliar progressão de regime de Lula

BRASÍLIA A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça) aprovou nesta segunda-feira (23) a convocação do desembargador de Pernambuco Leopoldo de Arruda Raposo para compor a Quinta Turma e a Terceira Seção.

Ele vai assumir a relatoria dos casos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na corte. Há uma série de pedidos da defesa de Lula pendentes de análise no STJ.

Raposo irá substituir temporariamente o ministro Felix Fischer, relator da Lava Jato, licenciado desde agosto por problemas de saúde. Com ele, a turma pode dar continuidade aos julgamentos e eventualmente decidir sobre a mudança no regime do ex-presidente, que poderia ir para o semiaberto ou para o aberto.

APGR (Procuradoria-Geral da República) já deu parecer afirmando que o petista cumpriu os requisitos para progredir para o semiaberto. Contudo, como mostrou a Folha, Lula reluta em pedir a progressão — ele afirma que só quer sair da cadeia após eventual absolvição ou anulação da sentença que o condenou no caso do triplex.

O ex-presidente foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e está preso desde abril do ano passado em Curitiba.

Em março deste ano, a Quinta Turma do STJ reduziu a pena do ex-presidente para 8 anos, 10 meses e 20 dias. Antes, o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) havia condenado o petista a 12 anos e 1 mês.

A defesa de Lula pediu que as ações envolvendo o petista que tramitam na corte sejam suspensas até que o STF (Supremo Tribunal Federal) decida sobre o pedido de suspeição do ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PSL). O julgamento deve acontecer ainda neste ano e pode anular a condenação do ex-presidente.

Raposo, do TJ-PE, já atuou no STJ como desembargador convocado em 2015, também na Quinta Turma — que tem cinco ministros.

Ele é formado em direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Entrou na magistratura em 1981 e passou ao posto de desembargador em 2003.

### MÔNICA BERGAMO

**TESTE** O ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 mulheres, passará por exame médico pericial no Instituto de Medicina Social e de Criminologia na manhã desta terça (24), em SP. A perícia foi solicitada à Justiça para atestar o real estado de saúde de Abdelmassih.

**cep** Em agosto, a Justiça suspendeu a prisão domiciliar do ex-médico por suspeita de fraude nas declarações de sua condição de saúde. Ele cumpria prisão em casa desde 2017. Após a revogação, ele foi levado ao Hospital Penitenciário de São Paulo. Antes, esteve detido em Tremembé.

24 SET 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

# STF decide amanhã sobre anulação de condenação

Caso a ser analisado é o de um ex-gerente da Petrobras



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar amanhã se anula ou não mais uma condenação na Lava Jato. O caso a ser analisado é o de um ex-gerente da Petrobras que apresentou os mesmos argumentos que levaram à anulação da condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da estatal. O julgamento foi marcado ontem pelo presidente da Corte, Dias Toffoli.

Bendine teve sua condenação na Lava Jato anulada no fim de agosto pela Segunda Turma do STF. Por 3 votos a 1, os ministros entenderam que ele teve seu direito à ampla defesa violado por, na primeira instância, ter sido obrigado a apresentar suas alegações finais ao mesmo tempo que outros réus delatores. Foi a



Julgamento foi marcado ontem pelo presidente da Suprema Corte, Dias Toffoli

primeira vez que a Corte anulou uma sentença do ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública.

O novo entendimento – estabelecido pelos votos dos ministros da Segunda Turma Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia – prevê que os réus não

colaboradores devem ter o direito de apresentar suas alegações finais depois dos réus delatores, de modo a garantir o princípio constitucional à ampla defesa e ao contraditório, uma vez que réus colaboradores possuem também caráter acusador, concluíram os ministros. ●

## O Dia D da Lava Jato

O presidente do Supremo, Dias Toffoli, anunciou para quarta-feira o julgamento que pode anular boa parte das condenações da Operação Lava Jato. Não se trata de uma suposta parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro ou dos diálogos dos procuradores publicados na imprensa, o que está em pauta é uma questão puramente técnica. Sobre a ordem

da audiência da defesa e da acusação.

A delação premiada foi usada em larga escala pela primeira vez na Justiça brasileira, pelo menos em casos de grande repercussão na mídia. Pelo seu ineditismo, houve precipitação dos operadores do Direito e não deram oportunidade para que as defesas fossem ouvidas após as delações. Ou seja,

os réus não tiveram a chance de se defender do que foi delatado.

A questão da Justiça é simples, ela deve ser igual para todos e o que deve ser observado é a Lei. A Lei diz que todos têm o direito de se defender das acusações. O procedimento errado contamina todo o processo e, talvez por isso, há uma possibilidade de comprometer tudo o que foi feito até agora. ■

### Liberdade plena

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não apresentar ao juízo da 13ª Vara Federal pedido para progredir de pena e ir para o semiaberto. Preso desde 7 de abril de 2018, o ex-presidente completou ontem 1 ano, 5 meses e 16 dias na superintendência da Polícia Federal em Curitiba, tendo direito à mudança de regime por ter cumprido um sexto da pena no caso do triplex do Guarujá. Em nota, o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o ex-presidente, assinalou que Lula busca o restabelecimento de sua liberdade plena.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF julga na quarta se anula mais uma condenação da Lava Jato

O plenário Supremo Tribunal Federal (STF), deve julgar amanhã se anula ou não mais uma condenação na Lava Jato. O caso a ser analisado é o de um ex-gerente da Petrobras que apresentou os mesmos argumentos que levaram à anulação da condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da estatal. O julgamento foi marcado ontem pelo presidente da Corte, Dias Toffoli.

Bendine teve sua condena-

ção na Lava Jato anulada no fim de agosto pela Segunda Turma do STF. Por 3 votos a 1, os ministros entenderam que ele teve seu direito à ampla defesa violado por, na primeira instância, ter sido obrigado a apresentar suas alegações finais ao mesmo tempo que outros réus delatores. Foi a primeira vez que a Corte anulou uma sentença do ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública.